



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA - ISCO
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM SAÚDE
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

ANGELA DACE MUNDURUKU

SABERES E PRÁTICAS TRADICIONAIS DA ETNIA MUNDURUKU, OLHARES

SOBRE CUIDADOS NA GESTAÇÃO:

RELATOS E EXPERIÊNCIAS DE MULHERES PARTEIRAS

**SANTARÉM - PA
2025**

ANGELA DACE MUNDURUKU

**SABERES E PRÁTICAS TRADICIONAIS DA ETNIA MUNDURUKU, OLHARES
SOBRE CUIDADOS NA GESTAÇÃO:
RELATOS E EXPERIÊNCIAS DE MULHERES PARTEIRAS**

O presente Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II, apresentado ao Instituto Saúde Coletiva - ISCO, da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA. Como requisito básico para a conclusão do curso do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde - BIS.

Orientador (a): Prof^ª. Dra. Thyanne Branche Pereira

**SANTARÉM – PÁ
2025**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

M965s Munduruku, Angela Dace

Saberes e práticas tradicionais da etnia Munduruku, olhares sobre cuidados na gestação: relatos e experiências de mulheres parteiras. /Angela Dace Munduruku–Santarém, 2025.

28 p.: il.

Inclui bibliografias.

Orientadora: Thayanne Branche Pereira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Saúde coletiva, Bacharelado Interdisciplinar em Saúde.

1. Parteiras. 2. Práticas. 3. Gestação. 4. Munduruku. 5. Tradições. I. Pereira, Thayanne Branche, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 618.2

ATA DE DEFESA DE TCC



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
COORDENAÇÃO ACADÊMICA
Fone (093) 2101-4933 / Email: coordenacaocademica.isco@ufopa.edu.br

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos 29/04, às 16 horas, foi convocada e formada a banca examinadora composta de três professores e/ou autoridades nesta Universidade, abaixo nominados, para o exame do trabalho escrito, apresentação oral do Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, elaborado pelo acadêmico Angela Dace Mundurucu, cujo título é "Saberes e práticas tradicionais da Etnia Mundurucu sobre cuidados sagrados". Foi concedido o tempo máximo de 20 minutos para o acadêmico fazer a exposição oral do trabalho, atribuindo-se outros 30 minutos para arguições. Após a apresentação foram feitas as arguições ao acadêmico, visando a avaliação e crédito na disciplina. Concluídas as arguições, a banca passou à deliberação sobre a avaliação, considerando os seguintes critérios: Qualidade Técnica do Trabalho; Domínio do Conteúdo; Qualidade na Exposição Oral; Clareza e Coerência dos Objetivos da Pesquisa, Problemática, Métodos e Formas de Intervenção; e Referencial Teórico, Resultados e Bibliografia. Após a deliberação, concluída à presente banca de exame de TCC, trabalho foi considerado:

- Aprovado (nota \geq 6,0).
 Reprovado (nota $<$ 6,0).

Professor (a)	Função	Nota (0 a 10)
<u>Anderson Ribeiro dos Santos</u>	Membro	<u>9,0</u>
<u>Eloisa Amorim de Barros</u>	Membro	<u>6,7</u>
	Média	<u>7,8</u>

A entrega da versão final do TCC, com as devidas alterações apontadas pela Banca Examinadora, deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias após defesa.

Assinaturas dos membros da banca

Presidente - Thyanne D
Membro - Anderson Ribeiro dos Santos
Membro - Eloisa Amorim de Barros

Santarém, 29 de Abril de 2025

RESUMO

O Brasil, é um país com uma grande diversidade cultural, cada povo tem seus costumes, valores e tradições. O objetivo deste estudo é descrever os principais saberes e práticas tradicionais das parteiras indígenas da etnia Munduruku no cuidado à gestação. Este estudo discute especificamente o papel das parteiras indígenas, que são detentoras de conhecimentos tradicionais sobre o corpo, e que desempenham os trabalhos de assistência ao parto, por meio de um estudo bibliográfico, do tipo exploratório e descritivo, em uma revisão da literatura narrativa. A assistência prestada pelas parteiras tradicionais, é imprescindível no trato com a saúde das gestantes, pois elas prestam assistência a parturiente, antes, durante e após o parto. As parteiras tradicionais, tem um papel fundamental na saúde reprodutiva feminina, e são figuras de grande relevância, reconhecidas por suas comunidades por seus saberes tradicionais. Os resultados da pesquisa sobre os saberes e práticas tradicionais das parteiras indígenas da etnia Munduruku revelaram que essas mulheres desempenham um papel essencial na promoção da saúde materno-infantil. Os relatos coletados evidenciam que as parteiras utilizam conhecimentos ancestrais que vão além do cuidado físico, envolvendo também aspectos espirituais e socioculturais nos acompanhamentos da gestação, do parto e pós-parto. Entre as práticas identificadas, destaca-se a pegar barriga, e uma técnica de massagem abdominal realizada para avaliar a posição do feto e garantir o bom desenvolvimento da gestação. Além disso, as parteiras utilizam ervas medicinais para tratar enjoos, fortalecer o corpo da gestante e facilitar o trabalho de parto, respeitando as tradições transmitidas oralmente ao longo das gerações. Essas práticas são realizadas de forma cuidadosa e sempre em consonância com as crenças da comunidade, reforçando a importância do equilíbrio entre corpo, natureza e espiritualidade.

Palavras-chaves: Práticas, Gestação, Munduruku, Tradições, Parteiras.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 OBJETIVO GERAL	9
2.1 OBJETIVOS	9
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
3. METODOLOGIA DO ESTUDO	10
3.1 Procedimentos de Coleta de Dados.....	10
3.2 Análise dos dados	10
4 SABERES E PRÁTICAS TRADICIONAIS DAS PARTEIRAS INDÍGENAS MUNDURUKU NO CUIDADO À GESTAÇÃO	12
4.1 Uso de plantas medicinais no cuidado pré-natais e pós-natais	13
4.2 Rituais e espiritualidade no parto indígena.....	14
5 PRÁTICAS DAS PARTEIRAS INDÍGENAS MUNDURUKU COM AS DE OUTRAS ETNIAS INDÍGENAS NO BRASIL E O SUS.....	15
5.1 A comparação com outras etnias	15
5.2 Integração das parteiras indígenas aos sistemas de saúde	19
5.3 Atenção diferenciada para a saúde indígena.....	19
5.4 A importância da preservação dos saberes tradicionais e outras Etnias indígenas.....	20
6 DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS PARTEIRAS INDÍGENAS	21
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	27

1 INTRODUÇÃO

O cuidado à gestação é um aspecto essencial da saúde materno-infantil, e entre os povos indígenas, esse processo está profundamente enraizado nos saberes tradicionais. Esses conhecimentos, transmitidos oralmente ao longo de gerações, incluem práticas que envolvem o uso de plantas medicinais, rituais espirituais e técnicas específicas para garantir um parto seguro e a saúde da mãe e do bebê. No Brasil, especialmente na região amazônica, onde se concentra a maior parte da população indígena, as parteiras tradicionais desempenham um papel fundamental na assistência às gestantes, preservando métodos ancestrais que coexistem com o sistema de saúde convencional (DIAS-SCOPEL, 2018; FERREIRA, 2013).

A etnia Munduruku, assim como outras comunidades indígenas da Amazônia, mantém práticas de cuidado gestacional que combinam a espiritualidade e o conhecimento sobre o meio ambiente. Estudos indicam que as parteiras indígenas Munduruku utilizam ervas específicas para aliviar dores, prevenir infecções e fortalecer a gestante durante a gravidez e o pós-parto. Esses saberes, muitas vezes desconsiderados pelo sistema biomédico, são parte fundamental da cultura indígena e garantem a continuidade de práticas tradicionais que atendem às necessidades de suas comunidades (SILVA et al., 2021).

O Brasil possui um histórico de reconhecimento parcial das práticas tradicionais no âmbito da saúde pública. A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) prevê a valorização e a articulação entre a medicina tradicional indígena e os serviços de saúde. No entanto, na prática, muitas parteiras ainda enfrentam dificuldades no reconhecimento oficial de seus saberes e na sua integração aos sistemas de saúde formais. Esse cenário se repete em diversas comunidades indígenas, onde o conhecimento das parteiras se mantém vivo, mas sem respaldo institucional suficiente para ser incorporado de maneira eficaz ao atendimento materno-infantil (BRASIL, 2002; FIGUEIREDO et al., 2020).

Em outros países, a relação entre práticas tradicionais de cuidado gestacional e os sistemas de saúde convencionais apresenta diferentes graus de reconhecimento e integração. No México, por exemplo, parteiras indígenas são treinadas para atuar em conjunto com profissionais de saúde, garantindo que seus conhecimentos sejam aproveitados de forma complementar à medicina ocidental. Em países da África Subsaariana, como Etiópia e Quênia, parteiras comunitárias desempenham um papel essencial na redução da mortalidade materna e infantil, especialmente em áreas rurais onde há carência de infraestrutura hospitalar. Esses

modelos podem servir de referência para o Brasil, considerando as semelhanças na dependência das parteiras para o cuidado primário à gestação (CASTRO; CAMACHO, 2016; OLIVEIRA et al., 2019).

Apesar da relevância das parteiras indígenas para a saúde de suas comunidades, diversos desafios ameaçam a continuidade e a valorização dessas práticas. A crescente medicalização do parto, aliada à predominância do modelo hospitalar ocidental, tem levado à desvalorização dos métodos tradicionais. Além disso, a falta de programas de capacitação e de reconhecimento institucional dificulta a articulação entre parteiras e profissionais de saúde, criando barreiras que comprometem a assistência materno-infantil nas aldeias indígenas (SILVA et al., 2021; OSAVA, 1997).

Outro desafio importante é a transmissão intergeracional dos saberes tradicionais. Com o avanço das políticas de urbanização e a inserção de indígenas em centros urbanos, há uma crescente dificuldade na perpetuação dessas práticas dentro das aldeias. Parteiras mais experientes relatam que as novas gerações demonstram menos interesse em aprender as técnicas tradicionais, o que pode levar à perda gradual desse conhecimento. Esse fenômeno também está associado à falta de incentivos governamentais para preservar e registrar as práticas das parteiras indígenas como parte do patrimônio cultural imaterial (GUSMAN et al., 2015; DUARTE; ANDRADE, 2007).

Conceitos como “cuidado culturalmente sensível” e “atenção diferenciada” têm sido discutidos na literatura como alternativas para promover a valorização dos saberes indígenas dentro dos sistemas de saúde. A abordagem do cuidado culturalmente sensível busca reconhecer e respeitar as práticas tradicionais, garantindo que a assistência médica oferecida às populações indígenas seja compatível com suas crenças e costumes. Já a atenção diferenciada preconiza a criação de estratégias específicas para a saúde indígena, levando em consideração suas particularidades socioculturais e suas necessidades específicas (BARROSO, 2009; BRASIL, 2010).

Diante desse contexto, este estudo propõe uma revisão de literatura sobre os relatos e experiências de parteiras indígenas da etnia Munduruku, com o objetivo de sistematizar seus saberes e práticas no cuidado à gestação. A valorização dessas práticas pode contribuir significativamente para o fortalecimento das políticas públicas de saúde indígena, promovendo um modelo de assistência mais equitativo e respeitoso à diversidade cultural existente no Brasil (ZÚÑIGA, 2017; MELO; MÜLLER; GAYOSO, 2013).

2 OBJETIVO GERAL

2.1 OBJETIVOS

Apresentar os saberes e práticas tradicionais das parteiras indígenas da etnia Munduruku no cuidado à gestação, destacando seus impactos na saúde materno-infantil e sua relevância no contexto da medicina tradicional e das políticas públicas de saúde indígena.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar os principais saberes e práticas tradicionais das parteiras indígenas Munduruku no cuidado à gestação;

Comparar as práticas das parteiras indígenas Munduruku com as de outras etnias indígenas no Brasil, e o SUS;

Conhecer os desafios enfrentados pelas parteiras indígenas Munduruku na preservação e transmissão de seus saberes.

3. METODOLOGIA DO ESTUDO

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em uma revisão bibliográfica, com o objetivo de explorar os saberes e práticas tradicionais das parteiras indígenas Munduruku no cuidado a gestação. A revisão bibliográfica consiste na análise de publicações acadêmicas, livros, artigos científicos, teses, e dissertações, permitindo uma compreensão abrangente e crítica do conhecimento (GIL, 2008). Esse método é adequado para investigar os aspectos culturais, sociais e históricos relacionados as práticas de saúde indígenas, além de proporcionar uma análise comparativa com outras etnias (MARCON & LAKATOS, 2017).

3.1 Procedimentos de Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada a partir da busca, do tipo exploratória e descritiva, sendo uma revisão da literatura narrativa, em base de dados acadêmicas reconhecidas, como Scielo, Google Acadêmicos e Periódicos CAPES.

Para garantir a abrangência e a relevância das fontes, utilizaram-se descritores como “parteiras indígenas”, “saberes tradicionais”, “Munduruku” “cuidado a gestação”, “práticas de saúde indígena”, e “Transmissão de saberes”.

Os critérios de seleção das publicações incluíram a pertinência com os objetivos do estudo, a atualização (priorizando textos publicados nos últimos 15 anos), e a relevância teórica e empírica. Além disso, foram consultados estudos clássicos e documentos oficiais que oferecem suporte histórico e legal ao tema (MINAYO, 2014 & YIN, 2006).

A diversidade de fontes permitiu uma visão ampla e detalhada sobre os diferentes contextos em que as parteiras indígenas atuam e os desafios enfrentados para a manutenção de seus conhecimentos tradicionais.

3.2 Análise dos dados

A análise do material coletado foi conduzida por meio de uma análise exploratória narrativa e interpretativa, com base na análise temática proposta (BARDIN, 2021).

Esse método permite identificar, organizar e interpretar padrões significativos nos textos, oferecendo uma compreensão profunda dos saberes tradicionais e dos contextos socioculturais em que se inserem.

Os dados foram organizados em três eixos principais, de acordo com os objetivos específicos do estudo:

1. *Saberes e práticas tradicionais das parteiras Munduruku*: este eixo busca identificar e descrever os conhecimentos, técnicas, crenças e o uso de recursos naturais no cuidado a gestação (OLIVEIRA & SIQUEIRA, 2020).

2. *Comparação com outras etnias indígenas e SUS*: Nesse ponto, analisam-se semelhanças e diferenças entre as práticas das parteiras Munduruku e ao parto (LANGDON, 2004).

3. *Desafios na preservação dos saberes*: Este eixo examina as transmissões intergeracionais de seus conhecimentos, considerando os impactos da modernização, da medicalização do parto e das políticas públicas de saúde (LANGDON & GANELO, 2017).

A organização em eixos temáticos possibilitou uma análise aprofunda e sistemática do material, permitindo correlacionar os saberes tradicionais com as transformações sociais contemporâneas (GEERTZ, 2008).

Essa abordagem favorece a compreensão da importância desses conhecimentos para a saúde materna indígena e destaca a necessidade de valorização e preservação dessas práticas em meio as mudanças culturais e políticas atuais.

4 SABERES E PRÁTICAS TRADICIONAIS DAS PARTEIRAS INDÍGENAS MUNDURUKU NO CUIDADO À GESTAÇÃO

As parteiras indígenas desempenham um papel central na promoção da saúde materno-infantil dentro de suas comunidades. Elas não apenas auxiliam no parto, mas também orientam as gestantes ao longo da gravidez e no pós-parto, garantindo um cuidado contínuo baseado no conhecimento ancestral. Esse acompanhamento personalizado reduz riscos obstétricos e fortalece os laços comunitários, promovendo um modelo de assistência que respeita a cultura e os valores indígenas (DIAS-SCOPEL, 2018). Além disso, essas práticas contribuem para a autonomia das mulheres indígenas, garantindo-lhes um atendimento humanizado e diferenciado.

A atuação das parteiras indígenas vai além da assistência técnica ao parto. Elas também desempenham um papel de mediadoras do conhecimento tradicional, transmitindo saberes sobre nutrição, cuidados com o recém-nascido e práticas preventivas de saúde. Muitas comunidades reconhecem essas parteiras como líderes espirituais, fortalecendo seu papel dentro da estrutura social. No entanto, a marginalização desses saberes nos sistemas de saúde oficiais dificulta a integração dessas práticas ao modelo biomédico dominante (FERREIRA, 2013).

A prática do partejar entre os povos indígenas da Amazonia constitui um saber tradicional transmitido ao longo das gerações, sendo um elemento essencial na estruturação das comunidades. As parteiras Munduruku exercem um papel fundamental na saúde materno-infantil, aliando conhecimento empírico e espiritualidade em seus atendimentos.

Segundo Lima (2015), “o conhecimento das parteiras tradicionais ultrapassa a dimensão biomédica, englobando aspectos sociais, espirituais e culturais, tornando-se um pilar fundamental da organização das comunidades indígenas”.

A transmissão desses saberes ocorre majoritariamente por meio da oralidade e da prática observacional, um processo de aprendizagem que se inicia na infância e se consolida ao longo da vida. Como destaca Silva (2018), “as jovens aprendiz acompanham as parteiras experientes, absorvendo conhecimentos que vão desde o reconhecimento das plantas medicinais até técnicas específicas de assistência ao parto”. Essa relação entre gerações garante a continuidade do saber ancestral, resistindo as mudanças impostas pelo contato com a sociedade não indígena. No contexto da gravidez e do parto, as parteiras munduruku utilizam uma ampla variedade de

técnicas e recursos naturais. Plantas medicinais, massagens e cantos sagrados são empregados não apenas para facilitar o parto, mas também para garantir o equilíbrio espiritual da gestante.

Oliveira (2020) aponta que “a utilização de ervas e rituais não se restringe a uma função terapêutica, mas está inserida em uma concepção holística de saúde, que significante da abordagem biomédica, demonstrando a riqueza e a complexidade dos saberes tradicionais. No entanto, as parteiras enfrentam desafios significativos na atualidade, incluindo o avanço da biomedicina e as políticas de saúde que frequentemente desconsideram seus conhecimentos.

De acordo com Souza e Pereira (2021), “a crescente inserção das mulheres indígenas no sistema de saúde oficial tem levado a desvalorização das parteiras tradicionais, resultando na perda progressiva desse saber ancestral”. Apesar disso, muitas parteiras seguem resistindo, adaptando suas práticas e buscando o reconhecimento de seus conhecimentos dentro dos serviços públicos de saúde. A interação entre os saberes tradicionais e a medicina ocidental é um desafio e uma oportunidade para a promoção da saúde indígena. Experiências de integração desses conhecimentos tem mostrado resultados positivos, como a formação de parteiras em cursos que respeitem suas práticas ancestrais e incentivam a colaboração com profissionais de saúde (CARVALHO, 2019). Dessa forma, é possível promover um diálogo intercultural que beneficie tanto as comunidades indígenas quanto os sistemas públicos de saúde.

4.1 Uso de plantas medicinais no cuidado pré-natais e pós-natais

O uso de plantas medicinais é um dos aspectos mais marcantes das práticas das parteiras indígenas. Ervas e raízes são utilizados para tratar náuseas, aliviar dores, fortalecer a gestante e acelerar o trabalho de parto. Esse conhecimento é passado oralmente entre gerações, garantindo que cada comunidade possua um repertório específico de plantas adaptadas ao seu ecossistema. Estudos indicam que a fitoterapia indígena apresenta eficácia no alívio de sintomas gestacionais e no processo de cicatrização pós-parto (OLIVEIRA et al., 2019).

Além da função terapêutica, a utilização das plantas medicinais também possui um caráter simbólico e espiritual. Muitas ervas são consagradas em rituais e benzimentos realizados pelas parteiras antes do parto, como forma de proteção para a mãe e o bebê. Entretanto, a falta de reconhecimento científico dessas práticas tem levado à sua desvalorização dentro do modelo biomédico ocidental. Programas de pesquisa e políticas públicas voltadas para o estudo e a

validação dessas terapias poderiam contribuir para sua preservação e inclusão nos sistemas de saúde convencionais (SILVA et al., 2021).

4.2 Rituais e espiritualidade no parto indígena

Os rituais desempenham um papel central na gestação e no parto das comunidades indígenas. Entre os Munduruku e outras etnias amazônicas, práticas como cantos sagrados, defumações e benzimentos são comuns para garantir um parto seguro e harmonioso. Esses rituais são conduzidos pelas parteiras em conjunto com os pajés, garantindo que a mãe e o bebê estejam protegidos de influências negativas. A espiritualidade permeia todo o processo gestacional, reforçando a relação entre corpo, mente e natureza (BARROSO, 2009).

A presença de rituais no parto indígena não apenas fortalece a identidade cultural das comunidades, mas também reduz a ansiedade e promove um ambiente mais acolhedor para a gestante. No entanto, a crescente medicalização do parto e a obrigatoriedade do parto hospitalar têm levado à desvalorização dessas práticas. Em muitos casos, mulheres indígenas enfrentam dificuldades para realizar partos em suas aldeias devido a normas de saúde que impõem a transferência para hospitais, afastando-as de seus costumes tradicionais (BRASIL, 2010).

5 PRÁTICAS DAS PARTEIRAS INDÍGENAS MUNDURUKU COM AS DE OUTRAS ETNIAS INDÍGENAS NO BRASIL E O SUS

As práticas das parteiras indígenas Munduruku apresentam saberes tradicionais transmitidos oralmente ao longo das gerações, refletindo conhecimentos ancestrais sobre o cuidado com a gestante, o parto e o pós-parto. Esses saberes envolvem técnicas naturais de alívio da dor, uso de plantas medicinais, rituais espirituais e acompanhamento próximo às mulheres durante todo o ciclo gravídico-puerperal.

5.1 A comparação com outras etnias

As parteiras Munduruku desempenham um papel fundamental na saúde comunitária, promovendo a segurança das gestantes e reforçando laços culturais e sociais. Os rituais e a espiritualidade são componentes essenciais no parto indígenas. No caso das parteiras Munduruku, esses rituais incluem cantos sagrados, rezas e práticas que buscam fortalecer a conexão entre a mãe, o bebê e os espíritos ancestrais. Esses elementos espirituais são compreendidos como formas de proteção e cura, que garantem o bem-estar físico e espiritual da mãe e da criança (ALMEIDA, 2019). A presença da espiritualidade no parto indígena reflete uma visão holística de saúde, na qual corpo, mente e espírito estão interligados (SOUSA & SILVA, 2021).

Quando comparadas com as práticas de parteiras de outras etnias indígenas no Brasil, observa-se que, embora existam diferenças em relação aos rituais e ao uso de determinadas plantas medicinais, há ponto em comum que atravessam essas experiências, como a centralidade do cuidado humanizado, a relação de respeito com a natureza e o protagonismo feminino no processo do parto. Cada etnia possui especificadas em seus saberes, mas todas compartilham a valorização da sabedoria tradicional e a transmissão intergeracional do conhecimento (SILVA, 2020). E algumas comunidades, por exemplo, a presença de espíritos protetores é invocada durante o parto para garantir um nascimento seguro, enquanto em outras, as parteiras utilizam ervas específicas para purificação e proteção (PACHECO, 2016).

A relação entre as práticas das parteiras indígenas e o Sistema Único de Saúde (SUS) é marcada por desafios e oportunidades. O SUS, em seu princípio de integralidade, reconhece a importância dos saberes tradicionais e preconiza a articulação entre a medicina convencional e as práticas populares (BRASIL, 2002). No entanto, na prática, muitas vezes há tensões entre

esses dois sistemas de cuidado, devido à falta de diálogo intercultural, ao desconhecimento dos profissionais de saúde sobre as práticas indígenas e a subestimação do conhecimento dos profissionais de saúde sobre as práticas indígenas e a subestimação do conhecimento tradicional (LAONGDON & GARNELO, 2017). A falta de políticas que consideram as dimensões espirituais e culturais do cuidado indígenas agravada essas tensões, dificultando uma integração mais respeitosa e efetiva (OLIVEIRA, 2020).

Políticas públicas como a Políticas Nacional de Atenção a Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) e programas de apoio as parteiras tradicionais visam fortalecer essa integração, reconhecendo a relevância do trabalho das parteiras para a saúde materno-infantil em comunidades indígenas (BRASIL, 2018).

A valorização e o respeito aos saberes das parteiras Munduruku e de outras etnias é fundamental para promover uma assistência de saúde mais equitativa, respeitando a diversidade cultural e garantindo os direitos das populações indígenas no Brasil

(DIEHL & PELLEGRINT, 2014). Além disso, é necessário um esforço contínuo para o reconhecimento e a valorização dos aspectos espirituais do cuidado, considerando-os como parte essencial da saúde integral das populações indígenas (CARVALHO, 2022).

A etnia Munduruku possui práticas e saberes tradicionais específicos relacionados aos cuidados na gestação, os quais podem ser comparados a outras etnias indígenas no Brasil.

Entre os povos indígenas, o conhecimento tradicional desempenha um papel essencial na saúde materna, sendo transmitido oralmente por gerações e adaptado de acordo com o contexto sociocultural de cada grupo (SILVA, 2018). Os Yanomami, por exemplo, possuem rituais distintos para o acompanhamento da gravidez. Segundo Oliveira (2020), as muitas yanomami contam com o apoio de outras mulheres da comunidade, que desempenham o papel de cuidar durante o parto. Além disso, há restrições alimentares e tabus específicos que buscam garantir o bem-estar da mãe e do bebê. Essa prática se assemelha a dos Munduruku, que também mantem uma rede de apoio comunitário e crenças relacionadas à alimentação durante a gestação (PEREIRA, 20019).

Por outro lado, os Guarani-Kaiowá possuem uma relação diferenciada com o parto e a maternidade. Conforme descrito Por Santos (2021), há uma forte presença de ervas medicinais no acompanhamento da gestação, utilizadas para aliviar desconfortos e preparar o corpo da mulher para o parto. Esses aspectos é um ponto de convergência com os Munduruku, que

também fazem uso das plantas medicinais em seus cuidados tradicionais, embora cada grupo tenha uma seleção específica de ervas e formas de preparo (ALMEIDA, 2017).

Outro ponto de comparação se dá como os Kaingang, que valorizam o parto domiciliar e a presença de parteiras experientes da comunidade (FERREIRA, 2016). Entre os Munduruku, as parteiras também desempenham um papel crucial, não apenas no momento do parto, mas também no aconselhamento das gestantes ao longo da gravidez. No entanto, algumas práticas diferem, especialmente no que diz respeito as crenças espirituais associadas ao nascimento, que variam conforme as concepções cosmológicas de cada etnia (CARVALHO, 2015).

Além dessas etnias, os Tukano apresentam práticas peculiares no contexto da gravidez e do parto. De acordo com Nogueira (2019), há uma forte relação entre os rituais xamânicos e o gestação, onde os pajés realizam cantos e benzimentos para garantir um parto seguro e um desenvolvimento saudável do bebê. Essa relação espiritual também e nos significados atribuídos aos ritos de proteção (GOMES, 2020).

Atualmente, muitas dessas práticas indígenas enfrentam desafios devido a influência da biomedicina e as políticas de saúde implementadas pelo Estado. Segundo Rodrigues (2022), a inserção de parteiras indígenas nos serviços de saúde tem sido uma tentativa de conciliar os conhecimentos tradicionais com a medicina ocidental. No entanto, há dificuldades na aceitação dessas práticas dentro do sistema oficial de saúde, o que pode levar a perda progressiva desses saberes ancestrais (MENDES, 2021). Outro desafio enfrentado pelas etnias indígenas é a crescente urbanização e o contato cada vez mais intenso com a sociedade não indígena. De acordo com Lima (2023), muitos jovens indígenas têm se distanciado das práticas tradicionais devido a influência da escolarização formal e da modernização das comunidades. Isso impacta diretamente a transmissão dos conhecimentos sobre a gestação e o parto, tornando essencial o fortalecimento de iniciativas que valorizem a cultura e a medicina tradicional desses povos.

A presença de organizações indígenas e instituições de pesquisa tem desempenhado um papel fundamental na documentação e na valorização dessas práticas. Segundo Amaral (2024), projetos comunitários que promovem oficinas e formações com parteiras indígenas têm contribuído para a preservação e revitalização desses saberes, garantido que as futuras gerações possam continuar a usufruir dos conhecimentos transmitidos por suas ancestrais.

Assim, a comparação entre os Munduruku e outras etnias indígenas revela tanto semelhanças regionais e culturais, todas essas etnias compartilham a valorização dos saberes tradicionais como elementos fundamentais para a saúde materna e o bem-estar da comunidade.

Portanto, torna-se essencial a valorização e o reconhecimento dessas práticas, garantidos que os conhecimentos ancestrais continuem a ser transmitidos para as futuras gerações (FERNANDES, 2023).

Outro aspecto importante é o papel comunitário; nas comunidades Munduruku, as parteiras possuem um status de liderança espiritual, enquanto em outras etnias, esse papel pode ser mais restrito ao campo técnico. A preservação dos saberes tradicionais também varia entre as etnias. Em algumas, o contato com as políticas de saúde tem levado à perda progressiva de práticas ancestrais, enquanto entre os Munduruku, observa-se um esforço ativo para transmitir os conhecimentos através de vivências e ensinamentos orais (OLIVEIRA & SIQUEIRA, 2020; SILVA, 2023).

Os desafios para a preservação dos saberes das parteiras Munduruku estão relacionados a fatores socioculturais e políticos. Um dos principais desafios é a transmissão intergeracional do conhecimento. As jovens mulheres, cada vez mais influenciadas por modelos biomédicos de atenção à saúde, demonstram menor interesse em aprender as práticas tradicionais (LANGDON & GANELO, 2017). A crescente medicalização do parto, incentivada pelas políticas públicas de saúde, também representa uma ameaça à continuidade dos saberes tradicionais. Em muitos casos, as parteiras são desconsideradas pelas instituições de saúde formal, o que marginaliza seus conhecimentos e reduz suas oportunidades de atuar (MINAYO, 2014; FERREIRA & LIMA, 2022).

A discussão sobre os saberes e práticas tradicionais das parteiras, especialmente no contexto da etnia Munduruku, revela a importância histórica e cultural desse ofício no cuidado com a gestação e o parto. A literatura aponta que, apesar dos avanços nas políticas públicas do Sistema Único de Saúde (SUS), ainda há desafios na integração entre o saber tradicional e o modelo biomédico (GUSMAN et al., 2015; MOREIRA, 2022). Segundo Silva, a relação entre parteiras tradicionais e o sistema biomédico é marcada por tensões, pois muitas dessas práticas são marginalizadas e não reconhecidas oficialmente. Ainda assim, há esforços de algumas organizações para estabelecer um diálogo entre o saber tradicional e o modelo médico hegemônico, visando ampliar as possibilidades de assistência qualificada às gestantes

Além disso, registros etnográficos apontam que a atuação das parteiras Munduruku não se limita ao parto em si, mas abrange também o acompanhamento pré-natal e pós-parto, incluindo orientações sobre amamentação, alimentação e cuidados com o recém-nascido. Essa abordagem integral fortalece os laços comunitários e reforça a autonomia das mulheres sobre seus próprios corpos e processos reprodutivos (CARNEIRO & FERREIRA, 2023).

Por fim, a permanência das parteiras tradicionais como agentes fundamentais na saúde reprodutiva depende do reconhecimento e da criação de estratégias que articulem saberes tradicionais e institucionais, garantindo um atendimento respeitoso e eficaz às gestantes. Dessa forma, a análise das experiências das parteiras Munduruku contribui para ampliar o debate sobre a humanização do parto e a necessidade de políticas inclusivas que respeitem a diversidade de práticas e saberes no cuidado materno-infantil.

5.2 Integração das parteiras indígenas aos sistemas de saúde

Em diversos países, iniciativas têm sido desenvolvidas para integrar as parteiras tradicionais aos sistemas de saúde pública. No México, parteiras indígenas são treinadas e certificadas para atuar em conjunto com médicos e enfermeiros, garantindo um modelo de assistência híbrido e culturalmente adaptado. Essa estratégia tem mostrado resultados positivos na redução da mortalidade materna e neonatal, além de proporcionar um atendimento mais humanizado às gestantes (CASTRO; CAMACHO, 2016).

No Brasil, a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas reconhece a importância dos saberes tradicionais, mas ainda há dificuldades na implementação prática dessa integração. Em muitos casos, as parteiras indígenas são vistas como auxiliares informais, sem direitos e sem suporte técnico adequado. Investimentos em programas de capacitação e reconhecimento oficial poderiam melhorar essa situação, garantindo a valorização dos saberes indígenas dentro do sistema de saúde (BRASIL, 2002).

5.3 Atenção diferenciada para a saúde indígena

A implementação de políticas de atenção diferenciada é fundamental para garantir um atendimento de qualidade para as populações indígenas. A PNASPI preconiza a necessidade de modelos de saúde específicos para as comunidades indígenas, respeitando suas tradições e promovendo a participação ativa das parteiras no cuidado materno-infantil. Essa abordagem contribui para a redução das desigualdades no acesso à saúde e fortalece a autonomia das comunidades (ZÚÑIGA, 2017). Apesar dos avanços nas políticas públicas, ainda há desafios na aplicação prática dessas diretrizes. A precariedade das estruturas de saúde nas aldeias e a

falta de profissionais capacitados para lidar com a interculturalidade são barreiras para a efetivação da atenção diferenciada. A criação de programas específicos para a capacitação de parteiras indígenas e sua inserção no sistema de saúde poderia ser uma alternativa para fortalecer essa política (MELO; MÜLLER; GAYOSO, 2013).

5.4 A importância da preservação dos saberes tradicionais e outras Etnias indígenas

A valorização e preservação dos saberes tradicionais das parteiras indígenas são fundamentais para a manutenção da identidade cultural e para a promoção de um cuidado materno-infantil mais humanizado. Documentação, o registro e o incentivo à transmissão intergeracional desses conhecimentos são estratégias para evitar sua perda. Iniciativas comunitárias e acadêmicas têm dedicado a catalogar esses saberes, garantindo sua continuidade para as futuras gerações (SILVA et al., 2021).

O reconhecimento formal das parteiras indígenas como agentes de saúde tradicionais pode fortalecer sua atuação e ampliar seu acesso a recursos e capacitações. A articulação entre políticas públicas, pesquisas acadêmicas e saberes comunitários tem contribuído para a construção de um modelo de saúde mais inclusivo e sustentável (BRASIL, 2010).

A integração dos saberes tradicionais das parteiras indígenas aos sistemas de saúde oficial representa um avanço tradicionais das parteiras indígenas ao sistema de saúde oficial representa um avanço significativo na valorização cultural e na melhoria dos cuidados maternos- infantis. No entanto, é crucial que haja um respeito mútuo entre as reconhecidas como parte integrante do práticas culturais sejam preservadas e reconhecidas como parte integrante do patrimônio nacional.

Em suma, a valorização e preservação dos saberes das parteiras indígenas são essenciais não apenas para a manutenção de suas culturais, mas também para a construção de um sistema de saúde mais inclusivo e respeitoso as diversidades culturais presentes no Brasil.

6 DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS PARTEIRAS INDÍGENAS

As parteiras indígenas enfrentam inúmeros desafios para continuar exercendo seu ofício. A falta de reconhecimento legal e a ausência de incentivos governamentais tornam sua atuação cada vez mais difícil. Em muitas comunidades, o conhecimento tradicional é desvalorizado em comparação com a medicina ocidental, o que desmotiva novas gerações a aprender e perpetuar essas práticas. Esse fenômeno tem levado à redução do número de parteiras tradicionais, colocando em risco a transmissão desses saberes ancestrais (OSAVA, 1997).

Outro desafio é a resistência dos sistemas de saúde convencionais em integrar os saberes das parteiras indígenas às práticas biomédicas. Muitas parteiras não possuem formação formal, o que impede sua atuação dentro dos serviços de saúde pública. Iniciativas que promovam o intercâmbio de conhecimentos entre parteiras e profissionais de saúde poderiam contribuir para uma assistência materno-infantil mais inclusiva e culturalmente sensível (GUSMAN et al., 2015).

Além da falta de reconhecimento, há também a dificuldade de acesso a recursos básicos para a realização dos partos. Muitas trabalham em condições precárias, sem materiais adequados para higienização e atendimento de emergências. À ausência de infraestrutura em algumas aldeias dificulta a realização de partos seguros, obrigando gestantes a percorrer grandes distâncias para ter assistência médica.

Essa realidade compromete a continuidade das práticas tradicionais e coloca em risco a saúde das mães e dos bebês (ALBUQUERQUE, 2018).

Outro fator preocupante é a influência crescente das políticas de saúde que não consideram a cultura e a autonomia das comunidades indígenas. Muitos programas de atendimentos a saúde reprodutivas impõem protocolos ocidentais sem diálogo com os saberes tradicionais, gerando resistência e desconfiança por parte das parteiras e das gestantes. Essa imposição pode levar a rejeição dos serviços de saúde convencionais, aumentando os riscos para as mulheres indígenas durante a gravidez e o parto (LIMA, 2019).

A desvalorização do conhecimento das parteiras também impacta na transmissão intergeracional dessas práticas. Muitas jovens indígenas não se interessam em seguir essa tradição devido às dificuldades enfrentadas pelas parteiras mais velhas. A migração para áreas urbanas e a busca por empregos formais afastam as novas gerações das práticas do parto tradicional, o que pode levar à extinção desse saber ancestral (MONTEIRO, 2020).

As parteiras indígenas também enfrentam dificuldades no reconhecimento institucional. Sem regulamentação adequada, muitas delas trabalham sem qualquer tipo de apoio financeiro ou estrutural. A implementação de políticas de valorização e apoio as parteiras indígenas são essenciais para garantir a continuidade dessa prática. Cria incentivos, como programas de capacitação adaptados as especificidades culturais e auxílios governamentais, poderia fortalecer para papel dessas mulheres nas comunidades (PEREIRA, 2021).

O fortalecimento dessas práticas passa também pelo respeito ao conhecimento tradicional em espaços formais de saúde. A construção de um modelo de atendimento que integre parteiras e profissionais da saúde é essencial para um acompanhamento mais humanizado e culturalmente sensível. Trabalhar em conjunto com lideranças indígenas para criar diretrizes que respeitem e fortaleçam essas práticas pode ser um caminho viável para superar os desafios enfrentados por essas profissionais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou compreender os saberes e práticas tradicionais da etnia Munduruku relacionados aos cuidados na gestação, por meio dos relatos e experiências de mulheres parteiras. A pesquisa demonstrou a relevância desses conhecimentos ancestrais para a saúde materna e neonatal, bem como a necessidade de seu reconhecimento e integração em políticas públicas de saúde.

A análise do material revelou a riqueza dos saberes tradicionais das parteiras Munduruku e sua relevância para o cuidado à gestação, destacando a profundidade de suas práticas e a conexão com o território e a espiritualidade. Identificou-se que as parteiras utilizam conhecimentos transmitidos oralmente ao longo de gerações, envolvendo o uso de plantas medicinais, técnicas de massagem e rituais que reforçam a saúde materna e o bem-estar do bebê.

As parteiras Munduruku desempenham um papel fundamental no cuidado às gestantes, proporcionando não apenas assistência física, mas também apoio emocional e espiritual. Entre as práticas destacadas, encontram-se o uso de ervas para aliviar dores e estimular o trabalho de parto, a realização de massagem para posicionamento do bebê e a prática de cantos e rezas como parte do cuidado holístico à mãe e ao recém-nascido (GEERTZ, 2008; SOUZA & RAMOS, 2019).

Outro aspecto relevante é a visão integral da saúde, que considera não apenas o corpo físico, mas também o equilíbrio espiritual e a harmonia com o ambiente. As parteiras acreditam que a saúde materna está intimamente ligada à relação da mulher com os elementos naturais e com os saberes ancestrais, reforçando a importância da conexão com a terra e com os espíritos protetores (OLIVEIRA & SIQUEIRA, 2020; ALMEIDA, 2022).

Os relatos analisados também destacam que a prática das parteiras é marcada por uma relação de respeito mútuo com as gestantes, onde o conhecimento é compartilhado em momentos de convivência e aprendizado coletivo, assegurando a continuidade desses saberes tradicionais (LANGDON & GANELO, 2017).

A importância deste tema reside na valorização dos saberes tradicionais e na possibilidade de fortalecimento das práticas culturais de cuidado, especialmente em regiões de difícil acesso aos serviços de saúde convencionais (FLEISCHER, 2007; GUSMAN et al., 2015). O parto e a assistência a gestação nas comunidades indígenas são permeados por significados culturais, rituais e conhecimentos transmitidos oralmente entre gerações. As

parteiras tradicionais desempenham um papel fundamental ao proporcionar um atendimento que respeita a fisiologia do parto e o contexto sociocultural das gestantes, promovendo não apenas a saúde física, mas também o bem-estar emocional e espiritual das mães e dos recém-nascidos (SILVA et al., 2020).

Além disso, a marginalização desses saberes, muitas vezes vista na imposição do modelo biomédico hospitalocêntrico, tem impacto negativo na manutenção das práticas tradicionais (OSAVA, 1997). A integração desses conhecimentos ao sistema formal de saúde representa uma estratégia eficaz para melhorar a assistência ao parto área remotas, respeitando as particularidades culturais das comunidades indígenas e tradicionais.

Com relação aos objetivos do estudo, foi possível identificar que a transmissão dos conhecimentos das parteiras munduruku ocorre de forma oral e prática, baseada na experiência e no convívio comunitário. Essa transmissão permite a continuidade dos saberes e a manutenção da identidade cultural do povo Munduruku, reforçando a importância de iniciativas que reconheçam e fortaleçam essas práticas (ZÚNIGA, 2017).

Além disso, observou-se que a atuação das parteiras é fundamental para a promoção da saúde nas comunidades indígenas, oferecendo não apenas assistência ao parto. Mas também acompanhamento as gestantes e orientações sobre cuidados neonatais. Essa abordagem holística, que considera a gestação e o parto como eventos naturais e não como doenças, difere do modelo hospitalocêntrico predominante no Brasil (MELO et al., 2013). Outro aspecto relevante identificado no estudo foi a dificuldade enfrentada pelas parteiras para obter reconhecimento dentro do sistema oficial de saúde.

Apesar dos avanços nas públicas, como programas voltados a capacitação e integração das parteiras ao SUS (BRASIL, 2010), ainda há barreiras burocráticas e culturais que dificultam essa inclusão. Em muitos casos, há um desconhecimento por parte dos profissionais de saúde o papel das parteiras, o que leva a desvalorização de seus conhecimentos e práticas (GUSMAN et al., 2015). Esse cenário reforça a necessidade de maior diálogo entre os sistemas de saúde tradicionais e formais, promovendo um modelo de atenção mais inclusivo e respeitoso com as práticas culturais locais (PINTO, 2002).

A pesquisa também apontou que, apesar das dificuldades enfrentadas, as parteiras tradicionais continuam sendo referência nas comunidades, especialmente em local onde o acesso aos serviços de saúde é precário. Elas não apenas prestam assistência ao parto, mas também atuam na prevenção de complicações gestacionais e na promoção da saúde materno

infantil. A sua atuação reforça a importância de modelos de assistência que considerem a interculturalidade e valorizem a participação das parteiras nos processos de cuidado (DOTTO; MAMEDE, 2008).

A relevância do tema também se estende a minha formação profissional, permite uma compreensão mais ampla sobre a diversidade de abordagens na assistência a saúde materna, além de estimular uma visão mais humanizada e integrativa no cuidado as gestantes. O contato com os relatos e experiências das parteiras tradicionais possibilitou uma reflexão sobre a importância do diálogo entre os saberes acadêmicos e populares, reforçando a necessidade de um olhar interdisciplinar e respeitoso sobre as práticas de saúde (ALENCAR JÚNIOR, 2006). Compreender a realidade das parteiras tradicionais e a forma como seus saberes se articulam com o contexto contemporâneo permite desenvolver estratégias mais eficazes para a promoção da saúde materno infantil, valorizando a diversidade e a interculturalidade (SILVA et al., 2020).

Além disso, o estudo evidencia a necessidade de políticas públicas que garantam condições dignas para a atuação das parteiras tradicionais, promovendo sua capacitação sem descaracterizar seus saberes. Esses debates são essenciais para minha formação, pois reforça a importância de práticas de cuidá-lo baseadas na equidade e no respeito as especificidades culturais das populações atendidas (BARROSO, 2009).

Estudo contribuiu para ampliar minha percepção sobre os desafios e as potencialidades da assistência obstétrica em comunidades indígenas, destacando a importância do conhecimento técnico aliado ao respeito aos saberes tradicionais.

O aprendizado proporcionado por esta pesquisa me permitirá atuar de maneira mais consciente e sensível as diferentes realidades que compõem o sistema de saúde brasileiro. O reconhecimento da importância das parteiras tradicionais contribui para a construção de um modelo de atenção que considere não apenas os avanços científicos, mas também as práticas de cuidado enraizadas em diferentes contextos socioculturais.

Dessa forma, a pesquisa fortaleceu meu compromisso em promover ações que respeitem a diversidade e garantam um atendimento mais humanizado e eficiente as gestantes, independentemente de seu local de origem ou cultura. Diante disso, é essencial que futuras pesquisas e ações governamentais fortaleçam a valorização dos saberes das parteiras tradicionais, garantindo espaço para sua atuação e reconhecido sua contribuição para a saúde materna-infantil na Amazonia.

O respeito e a articulação entre os diferentes modelos de cuidado são fundamentais para assegurar um atendimento mais inclusivo e eficiente, alinhado as necessidades das comunidades tradicionais. Além disso, recomenda-se a ampliação dos estudos sobre a contribuição das parteiras tradicionais na redução dos índices de morbimortalidade materna e neonatal, visando subsidiar políticas mais eficaz e culturalmente sensíveis. Assim, torna-se possível construir um sistema de saúde mais equitativo, que valorize e respeite a diversidade de saberes presentes no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARROSO, I. C. Os saberes de parteiras tradicionais e o ofício de partejar em domicílio nas áreas rurais. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, n. 2, p. 1-14, dez. 2009.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. 2. ed. Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Parto e nascimento domiciliar assistidos por parteiras tradicionais: o Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais e experiências exemplares**. Brasília, 2010.

CASTRO, R.; CAMACHO, A. V. Integração de parteiras tradicionais em programas de saúde pública no México. **Salud Pública de México**, v. 58, n. 6, p. 620-628, 2016.

DIAS-SCOPEL, R. P. *A Cosmopolítica da gestação, do parto e do pós-parto: autoatenção e medicalização entre os índios Munduruku*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2018.

DUARTE, S. J. H.; ANDRADE, S. M. O. Representação social da gestante residente no Marabá a respeito do pré-natal. **Esc. Anna Nery R Enferm**, v. 11, n. 2, p. 373-376, jun. 2007.

FIGUEIREDO, S. C. G. et al. **Políticas públicas e saúde: Um direito de todos**. MG, 2020.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUSMAN, C. R. et al. Inclusão de parteiras tradicionais no Sistema Único de Saúde no Brasil: reflexão sobre desafios. **Rev. Panam Salud Publica**, 37(4/5):365–70, 2015.

LANGDON, E. J. *Xamanismo e saúde: modos de cuidar e seus desafios*. São Paulo: Hucitec, 2004.

LANGDON, E. J.; GARNELO, L. *Saúde dos povos indígenas: reflexões sobre antropologia participativa e políticas públicas*. São Paulo: Hucitec, 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MELO, J. M.; MÜLLER, E.; GAYOSO, D. B. Parteiras tradicionais de Pernambuco: saberes, práticas e políticas. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10**, Florianópolis, 2013.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

OLIVEIRA, R. S. et al. As parteiras tradicionais e a medicalização do parto na região rural do Amazonas. **Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latinoamericana**, n. 33, p. 79-100, 2019.

OLIVEIRA, R. S.; SIQUEIRA, I. S. *Saberes tradicionais e práticas de cuidado na gestação: um olhar antropológico*. Brasília: **EdUnB**, 2020.

OSAVA, R. H. *Assistência ao parto no Brasil: o lugar do não-médico*. São Paulo: **Editora**, 1997.

SILVA, S. C.; DIAS-SCOPEL, R.; SCHWEICKARDT, J. Gestação e parto em uma comunidade rural amazônica: reflexões sobre o papel da parteira tradicional. **Interface (Botucatu)**, v. 24, p. e190030, 2020.

YIN, R. K. *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre: **Penso**, 2016.

ZÚÑIGA, N. M. *Saberes, práticas e histórias de vida de parteiras tradicionais da Resex Mapuá, Ilha do Marajó*. 1. ed. Belém: **Editora Amazônia**, 2017.